

ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS & TEORIA DA VARIAÇÃO: O CASO DOS DITONGOS

Carlos Alexandre V. Gonçalves (UFRJ)

RESUMO: Análise da variação presença/ausência de glide nos ditongos decrescentes no Português do Brasil, tendo em vista a viabilidade de aplicação da pesquisa sociolingüística ao ensino, mais precisamente à alfabetização, de acordo com a proposta estabelecida por Mollica (1995, 1994 e no prelo).

PALAVRAS-CHAVE: Sociolingüística, Variação; Ditongos; Ensino de Língua Portuguesa; Estratégias Didático-pedagógicas.

0. PRELIMINARES

Neste texto, tomo como objeto de investigação a regra variável de supressão das semivogais [y] e [w] nos ditongos decrescentes em português. Mais precisamente, procuro discutir a viabilidade de aplicação de pesquisas variacionistas de base quantitativa sobre os ditongos ao ensino de língua portuguesa, especificamente na alfabetização. Para tanto, utilizo como referencial teórico-metodológico a proposta originalmente esboçada em Mollica (1994, 1995 e no prelo), que estabelece estratégias didático-pedagógicas para a utilização dos resultados de pesquisas quantitativas na confecção de material didático.

1. SOCIOLINGÜÍSTICA & ENSINO: QUERELAS

Em seus quase trinta anos de existência, a Sociolingüística Variacionista (Labov, 1966 e 1972) vem constituindo arcabouço teórico-metodológico de uma massa considerável de pesquisas sobre fenômenos de variação e mudança lingüísticas de vários níveis de análise. No entanto, pouca atenção tem sido dada a possíveis aplicações concretas ao ensino de vernáculo. Nesse

sentido, constata-se um hiato muito grande entre a pesquisa teórica realizada nos centros acadêmicos e a prática pedagógica do professor de língua nas escolas de primeiro e segundo graus, que conta, quase exclusivamente, com a orientação das gramáticas normativas, distantes, cada vez mais, do uso lingüístico real.

No que diz respeito especificamente ao ensino de língua portuguesa em escolas de 1o. e 2o. graus, a prática pedagógica tem sido marcada, no meu entender, por dois grandes equívocos. Em primeiro lugar, vem consolidando um ensino metalingüístico de tópicos de gramática referentes ao vocábulo e, com menor freqüência, à frase, esperando que, com isso, auxilie o aluno a redigir textos. Em segundo lugar, insiste em transmitir ao educando sistemas completamente anacrônicos, distantes, a cada dia, da realidade lingüística tanto do professor quanto do aluno, pois são baseados, na maior parte das vezes, em orientações gramaticais calcadas na NGB, a qual se fundamenta, exclusivamente, na linguagem literária.

A meu ver, o principal objetivo do ensino de Português nos ciclos básico e secundário é fazer com que o aluno tenha acesso à norma culta, garantindo-lhe, em contrapartida, a possibilidade de dominar diferentes estilos e registros, de acordo com a situação exigida, propiciando, assim, adequação ao contexto de uso. Dessa forma, acredito que a política norteadora do ensino de língua materna deve ser a de fazer com que o aluno aprenda a dominar diferentes modalidades de fala. Por essa razão, somente a pesquisa sociolingüística, que analisa especificamente o fenômeno da variabilidade lingüística, pode fornecer elementos relevantes à confecção de materiais didáticos e à elaboração de programas de ensino mais adaptados à realidade lingüística vigente nos dias de hoje.

Pode-se dizer, assim, que a Sociolingüística tende a contribuir de forma decisiva no ensino de língua vernácula em duas direções, fundamentalmente: (a) na formação do professor, no sentido de fazer com que ele assuma uma visão mais aberta e menos preconceituosa quanto às potencialidades do sistema; e (b) na confecção de material didático, em especial no reconhecimento de que determinados fatores atuam de forma mais decisiva que outros na escolha de uma ou de outra alternativa estrutural de dizer a mesma coisa (ou variante) que o sistema lhe oferece.

Diversos artigos vêm chamando a atenção para possíveis contribuições pedagógicas que as análises sociolingüísticas podem oferecer (cf. por exemplo, Naro, 1983; e Bortoni, 1984). No entanto, nenhum deles chegou a fornecer subsídios para uma aplicação concreta e efetiva das mesmas. De todos os trabalhos que apontam para a necessidade de se aplicarem os resultados da pesquisa sociolingüística ao ensino, o que lança as bases de uma

proposta de atuação mais decisiva é o de Mollica (1995). Tomando por base o estudo acerca do uso da vírgula entre sujeito e verbo, Mollica (1995) propõe estratégias didático-pedagógicas para propiciar o emprego da forma padrão, visando, com isso, a corrigir o desvio de pontuação que investiga. Tais estratégias podem ser sumarizadas nas três premissas abaixo discriminadas:

- (a) ir do mais freqüente para o menos freqüente;
- (b) ir do mais provável para o menos provável;
- (c) ir do texto para a sentença.

Nesse sentido, a proposta de Mollica (op. cit.) defende a necessidade de se partir, na elaboração de exercícios, preferencialmente de estruturas mais comuns e que apresentem uma freqüência relativamente maior nos dados. Além disso, advoga a importância de se exercitarem especialmente as estruturas que apresentem os contextos mais favoráveis à aplicação da regra e partir, sempre que possível, de estruturas maiores para estruturas menores.

Considerando-se que aos fenômenos de variação lingüística podem ser dados significados sociais, uma vez que há os que são considerados estigmatizados ou indicadores de classe social baixa, ao lado de outros que não são sensíveis a pressões de natureza social, há necessidade de se distinguirem dois tipos de práticas pedagógicas: (a) uma pedagogia voltada para a fala exclusivamente; e (b) uma pedagogia voltada para a escrita e para a fala, de acordo com o que propõe Mollica (no prelo). Fenômenos estigmatizados (socio)lingüísticamente (como a permuta de /l/ para /r/ e a supressão de /a/ em início de palavras, por exemplo) requerem, assim, uma pedagogia voltada para a fala e, conseqüentemente, para a escrita, uma vez que, por receberem conotação social negativa, *podem desfavorecer uma possível mobilidade social que porventura possa vir a acontecer* (Mollica, no prelo: 2). A escola deve investir, pois, no uso da variante *standard*, tendo em vista o valor social negativo da variante não-padrão, sem, no entanto, adotar uma postura normativa e preconceituosa.

Outros fenômenos de variação lingüística, diferentemente, vão requerer uma pedagogia voltada única e exclusivamente para a escrita, visto que, na língua oral, não implicam em conseqüências drásticas de natureza social para os falantes, pois *não estão sujeitos a estigmas sociais muito fortes* (Mollica, no prelo: 2). Exemplos de fenômenos que necessitam de uma pedagogia voltada para a fala unicamente são o cancelamento de /r/ pós-vocálico e a redução de glide nos ditongos decrescentes, objeto de estudo do presente trabalho. Nesses dois casos, o uso das variantes-zero não implica em formas

"grosseiras", "de mau tom" ou "erradas", visto que elas não apresentam qualquer significado social.

Neste texto, argumentarei que uma aplicação efetiva das pesquisas variacionistas sobre os ditongos decrescentes só faz sentido nas primeiras séries escolares, especialmente nas primeiras etapas de alfabetização. A redução de glide nos ditongos decrescentes não se apresenta como um fenômeno estigmatizado sociolinguisticamente e, por isso, não deve ser coibida, não implicando, pois, num tratamento pedagógico voltado para a fala.

Na próxima seção, apresento e discuto os resultados de cinco pesquisas realizadas no escopo da Sociolinguística Variacionista sobre a redução de glide nos ditongos decrescentes: as de Paiva, 1986; Vianna da Silva et alii, 1995; e Paladino Neto, 1990, na cidade do Rio de Janeiro; a de Andrade, 1986, realizada em Sergipe; e a de Assis Veado, 1983, em Belo Horizonte). Nesse sentido, objetivo mostrar os efeitos lingüísticos e extralingüísticos que se revelaram de maior relevância no controle da variação fonológica ora em pauta, tentando, com isso, esboçar possíveis caminhos a trilhar na aplicação de pesquisas variacionistas ao ensino dos ditongos, de uma forma geral, e de vernáculo, mais especificamente.

2. ABORDAGENS VARIACIONISTAS SOBRE OS DITONGOS DECRESCENTES

O cancelamento de glide nos ditongos decrescentes tem sido tema de diversos trabalhos, que, sob perspectivas teóricas diversas, buscam explicá-lo. Com base nos pressupostos teóricos da Fonologia Métrica Bisol (1989 e 1994) e Gonçalves & Costa (1995) distinguem dois tipos de ditongos: os legítimos/fonológicos e os ilegítimos/fonéticos. Nesta seção, não é meu objetivo descrever o *status* fonológico dos ditongos, mesmo porque isto já foi feito em outro trabalho (cf. Gonçalves, 1996). Pretendo analisar propostas variacionistas de interpretação para os ditongos, de uma forma geral, e para os ditongos decrescentes, mais especificamente, a fim de converter em exercícios práticos os dados advindos da pesquisa variacionista.

Andrade (1986), analisando o fenômeno em Sergipe, procurou estabelecer os contextos fônicos que determinassem ou desfavorecessem cada uma das variantes (zero ou [y; w]). Da mesma forma, Assis Veado (1983), tomando por base o dialeto mineiro, visa a explicar o fenômeno como uma regra variável, buscando mostrar que a redução é condicionada por fatores

lingüísticos e extralingüísticos. Na cidade do Rio de Janeiro, Paiva (1986) e Paladino Neto (1990) aplicaram o modelo de análise quantitativa de William Labov (1972) ao estudo da supressão dos segmentos [y] e [w] nos ditongos decrescentes, utilizando, respectivamente, a Amostra Censo (falantes não-universitários) e a Amostra NURC (universitários). Vianna da Silva et alii (1994) também seguem a orientação laboviana para mostrar que a alternância entre presença e ausência de semivogal nos referidos ditongos tem *status* de variável lingüística no dialeto dos pescadores da região norte-fluminense, não podendo, pois, ser explicada por regras estruturais categoriais.

Partirei desses trabalhos com o intuito de descrever as variáveis que mais se mostraram relevantes para o fenômeno. Vale mencionar que em todos os trabalhos o foco de atenção incidiu sobre os ditongos decrescentes¹, muito embora haja variação também nos ditongos crescentes ('polícia' ~ 'poliça'; 'armário' ~ 'armaru'). Sobre esses ditongos, os únicos trabalhos de que temos notícia são os de Lemle (1978) e de Couto (1995).

No que diz respeito ao grau de estigmatização das formas, parece haver uma diferença bem nítida entre a variação nos ditongos crescentes e nos ditongos decrescentes. Os primeiros são sensivelmente notados como característicos de uma fala mais coloquial, menos comprometida com a norma culta da língua, marcadora, portanto, de uma classe social menos prestigiada socioculturalmente. Os últimos, diferentemente, são característicos de qualquer classe social. Segundo Lemle (op. cit.: 74), a supressão das semivogais nesse tipo de ditongo já avançou tanto que deixou de ser percebida como marca lingüística de fala não-padrão no Rio de Janeiro. Neste artigo, analiso a supressão de glide somente nos ditongos decrescentes, haja vista o fato de nenhuma pesquisa mais exaustiva ter sido feita para os crescentes, no escopo da Teoria da Variação Sociolingüística.

Dos treze ditongos decrescentes existentes em português (cf. Mattoso Camara, 1972), somente quatro são passíveis de monotongação — [ay] ('baxu'), [ey] ('fêra'), [ow] ('mandô') e [aw] ('restorante'). Desses, apenas os três primeiros foram trabalhados nos estudos sociolingüísticos aqui referidos. De uma forma geral, os autores explicam as reduções separadamente, uma vez que, em termos estruturais, os contextos de aplicação das regras são diferentes. A redução de [ey] > [e], por exemplo, é menos geral em termos de contexto fonético e, paradoxalmente ao [ow], nem todas as suas ocorrências

¹ Todos os trabalhos aqui mencionados partem do pressuposto de que ocorre "redução" ou "cancelamento de glide" nos ditongos. Nesse sentido, assumem, implicitamente, a posição de que o elemento-base é o ditongo e não a vogal simples, conforme defendido em Gonçalves & Costa (1995).

são passíveis de redução. No caso de [ey], tanto há ambientes estruturais favorecedores, quanto há ambientes bloqueadores. Parece haver, entre os três ditongos acima referidos, uma gradação quanto aos ambientes em que a regra atua (de contextos menos restritos a contextos mais restritos):

[ow] >> [ey] >> [ay]

Em termos não-estruturais, pode-se afirmar que a redução do glide nesses ditongos não atua nem como marcador de classe social, nem de idade, nem de sexo, ou seja, falantes de classe social alta ou baixa, adultos e jovens, homens e mulheres reduzem o ditongo quase categoricamente (numa proporção de 86% no Rio de Janeiro e em Sergipe e de 82% em Belo Horizonte).

Os trabalhos que tomo como referência para esta investigação evidenciam pouca atuação de fatores extralingüísticos (exceção feita ao de Paiva, 1986, e ao de Assis Veado, 1983). Pode-se dizer, assim, que o processo opera dentro de determinadas restrições estruturais, ou seja, por meio de variáveis que condicionam, em maior ou menor grau, a supressão da semivogal. Ao que parece, essas variáveis são basicamente lingüísticas, o que torna o fenômeno sistêmico e muito pouco influenciado por fatores externos.

Assis Veado (1983) admite que o fenômeno é *índice de interação social na comunidade* (p. 209), visto que *uma situação de fala marcada pelos traços [+ coloquial] e [+ casual] tem peso decisivo na produção das variáveis (o) e (e)* (p. 209). A autora distingue três tipos de situações de fala — (a) fala casual; (b) noticiários; e (c) leitura de sentenças e de palavras — e verifica que a redução do ditongo tem mais chance de ocorrer no estilo casual (99%). Nos demais estilos, embora haja tendência bastante clara à supressão, o cancelamento de [y] e de [w] atinge percentuais menores (66% para noticiários, 39% para leitura de sentenças e 28% para leitura de palavras). Apesar de chegar a esses percentuais, Assis Veado (p. 226) conclui que *nas realizações de fala mais cuidada, a simplificação é liderada pelo (o), mas tanto o (o) como o (e) apresentam um alto índice de redução, o que nos impede de dizer que esta seja marcadora de fala casual, em oposição à ditongação, que seria marcadora de fala cuidada. O que podemos dizer é que os contextos de fala casual favorecem semicategorialmente a redução e os contextos mais formais favorecem menos*. A autora admite, assim, que a questão parece ser de grau, uma vez que a redução do ditongo ocorre em todos os estilos de fala que analisou.

Como salientei acima, o trabalho Paiva (1986) foi o único que acenou para a relevância de um fator extralingüístico *stricto sensu*: a variável 'nível de escolarização'. Os pesos relativos mais altos para redução do ditongo apareceram associadas ao nível de escolaridade mais baixo (antigo primário, como .99, contra .79 para o ginásio e .56 para o 2o. grau), decrescendo ligeiramente entre os adultos e mais acentuadamente entre as crianças. Paiva (p. 174) salienta, ainda, que há *uma diferença maior entre os falantes adultos de nível colegial e os dos outros níveis, enquanto que, entre as crianças, esta diferença se dá entre as quatro primeiras e as quatro últimas séries*.

3. OS DITONGOS NA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO

Nenhum dos trabalhos apresentados na seção anterior oferece uma proposta de aplicação efetiva ao ensino, muito embora Lemle (1978: 70) mostre que *há um duplo interesse no desenvolvimento do estudo das mudanças em curso no que tange aos ditongos: o interesse teórico, de deslindar as interações de traços fonéticos que estão funcionando; e o interesse prático, de poder melhor estabelecer pontos previsivelmente problemáticos no processo de alfabetização, exatamente aqueles pontos em que a ortografia está mais distanciada da produção fonética real dos aprendizes*.

Os resultados do trabalho de Paiva (1986) tendem a levar à conclusão de que um contato maior com a língua escrita implica na recolocação das semivogais, devido à sua existência ortográfica. A pergunta que se coloca no momento é a seguinte: seria o caso de se afirmar haver aí mais um argumento a favor da interferência da língua escrita na língua oral?

Santos (1973), ao trabalhar com a percepção dos adolescentes quanto ao grau de estigmatização de determinadas variações lingüísticas, elencou, em seus testes de atitudes, a redução do glide nos ditongos decrescentes. Solicitado a emitir julgamento sobre o *status* de variantes como [va'sora] ~ [va'sowra], de um lado, e [pe'dreru] ~ [pe'dreyru], de outro, o falante não se dá conta de diferenças entre as duas, atribuindo a ambas o mesmo valor (p. 123). A conclusão a que se pode chegar é a seguinte: devido a seu caráter de entidade fonética nula, as semivogais desses ditongos constituem-se, portanto, em mais um caso de inadequação entre o sistema fonético e o sistema gráfico do português.

Ao que tudo indica, problemas decorrentes da variação entre presença e ausência de semivogal nesse tipo de ditongo serão exclusivamente de natureza ortográfica, sendo os resultados das pesquisas realizadas sobretudo úteis à alfabetização. Nesse sentido, caberá ao alfabetizador a tarefa de mostrar aos alunos que a forma escrita de um dado vocábulo nem sempre coincide com sua representação ortográfica. No caso específico dos ditongos, creio ser possível, assim, partir das premissas esboçadas em Mollica (1995) para formular exercícios. A meu ver, qualquer tentativa de aplicação dos achados variacionistas sobre os ditongos ao ensino, em especial à alfabetização, deverá, primeiramente, reconhecer duas situações no que diz respeito à relação ditongo/escrita:

(a) casos em que há um perfeito "casamento monogâmico" entre fala e escrita, isto é, a grafia reproduz integralmente a pronúncia do vocábulo. Inclui-se, nesse grupo, grande parte dos ditongos denominados de legítimos em Gonçalves & Costa (1995) e em Gonçalves (1996), como, por exemplo, 'andei', 'meu' e 'céu', entre outros; e

(b) casos nos quais escrita e fala divergem consideravelmente, uma vez que:

1. ou a grafia do item lexical conserva o ditongo, muito embora ele não seja pronunciado em situações de fala distensa (cf. Paladino Neto, 1990 e Assis Veado, 1983, por exemplo), como em 'acabou' e 'feira', entre outros;

2. ou a grafia do item lexical não apresenta o ditongo, muito embora ele seja pronunciado categoricamente em determinadas regiões do país, principalmente no Município do Rio de Janeiro, como, por exemplo, em 'voa' ([ˈvowa]) e 'neném' ([neˈhey]), entre inúmeros outros dados. A tais casos, Gonçalves & Costa (1995) denominam de ilegítimos, visto que surgem em contextos fonéticos específicos.

Com base nessa distinção, acredito que toda prática escolar voltada ao ensino dos encontros vocálicos ora estudados deverá partir, primeiramente, **dos casos mais prováveis** (cf. Mollica, 1995) de que o ditongo deve ser realizado, isto é, de situações nas quais há um verdadeiro "casamento monogâmico entre sons e letras" (cf. Lemle, 1988), visto que, como se sabe, o primeiro passo do alfabetizando na compreensão do sistema ortográfico é o entendimento de que cada letra representa um som e vice-versa (cf. Lemle, 1988: 22). Por essa razão, julgo necessário fornecer, num primeiro momento de trabalho com os ditongos em sala de aula, material de exercitação que não entre em contradição com a hipótese inicial do educando de que há uma relação de um-para-um entre letras e sons (hipótese da monogamia — cf. Lemle, op. cit.: 29).

Desta forma, no que diz respeito exclusivamente aos ditongos, acredito que dos princípios elaborados por Mollica (1995) o mais útil à confecção de material didático é o que postula partir-se **do mais provável para o menos provável**, ou seja, de situações de maior probabilidade para situações de menor probabilidade de emprego dos ditongos decrescentes.

Em segundo lugar, acredito que devam ser trabalhados os casos de ditongos surgidos em decorrência do contexto fonético (ditongos ilegítimos). Encontram-se nesse grupo os ditongos que surgem em final de palavras, como 'arroz', 'amém' e 'leoa' (cf. Gonçalves, 1996: 19). Há, nesse grupo, a situação de "poligamia" entre letras e sons, pois trata-se de casos em que fala e escrita divergem consideravelmente. No entanto, tais casos podem ser encarados como de "poligamia com restrições de posição" (Lemle, 1988: 28).

Assim, é preciso levar o alfabetizando a observar que há palavras em que pronunciamos ditongos, mas não escrevemos com ele. Exercícios sobre a situação de ditongos enfocada devem ser elaborados de modo a mostrar ao aluno que muitas discrepâncias entre fala e escrita não são aleatórias, mas dependentes do contexto, muitas das vezes. Segundo Lemle (op. cit.: 29), a transição da primeira para a segunda etapa da alfabetização (monogamia e poligamia com restrições de posição) *é um passo de importância crucial na construção de conhecimento do alfabetizando a respeito do nosso sistema de escrita*.

Em último lugar, penso que devam ser enfocados os ditongos legítimos variáveis, em virtude de serem os casos de menor previsibilidade de articulação dos glides. Seria o caso de se trabalharem os quatro ditongos decrescentes passíveis de variação ([ey], [ay], [aw], e [ow]), situações de absoluta poligamia entre letra e som. Nesse sentido, proponho a seguinte ordem analítica na qual os ditongos decrescentes devam ser apresentados em sala de aula, de acordo com a maior ou a menor previsibilidade de articulação:

<i>ditongos legítimos invariáveis >>> ditongos ilegítimos >>> ditongos legítimos variáveis</i>
<i>céu, lei, rei, peito, jeito também, amém, arroz, boa, dez, pedreiro, sou, baixo</i>

No que diz respeito especificamente aos ditongos legítimos variáveis, acredito que o princípio que postula partir-se **do mais provável para o menos provável** (Mollica, 1995) deve ser preservado, haja vista que podem ser trabalhadas, nesta ordem, as seguintes situações de variação nos ditongos [ey] e [ow], de acordo com o *status* morfológico do elemento que contém o ditongo, variável esta controlada pela grande maioria dos trabalhos teóricos que utilizei (cf. Paiva, 1986; Paladino Neto, 1990; e Assis Veado, 1983).

[ey]	[ow]
<p>1. palavras em que o ditongo [ey] encontra-se na posição de sufixo, distinguindo-se, ainda, os seguintes casos:</p> <p>(a) sufixo -eiro de nomes de árvores, mais próximos do universo da criança ('coqueiro', 'mangueira');</p> <p>(b) sufixo -eiro de nomes de profissões e ofícios ('jardineiro', 'copeiro');</p> <p>(c) outros casos de sufixo -eiro;</p>	<p>1. palavras em que o ditongo [ow] expressa a noção de pessoa e tempo, ou seja, é uma desinência ('amou', 'levou');</p>
<p>2. Palavras em que o ditongo [ey] se localiza na raiz.</p>	<p>2. palavras em que o ditongo [ow] se encontra na posição de sufixo ('bebedouro', 'matadouro');</p> <p>3. palavras em que o ditongo [ow] faz parte da raiz exclusivamente ('roupa', 'louça').</p>

Tomo como ponto de referência, assim, a variável 'Posição do ditongo na estrutura morfológica do vocábulo', que, embora não tenha exercido peso considerável na manutenção do glide, na maior parte dos estudos (apesar de ter sido selecionada pelo VARBRUL 2s no trabalho de Paiva, 1986), pode ser útil na confecção de material didático. Acredito, dessa maneira, que o trabalho de aquisição dos ditongos na escrita deve partir dos vocábulos em que [ey] e [ow] apresentem conteúdo morfossemântico para, depois, investir nos casos em que esses ditongos sejam desprovidos de qualquer informação semântico-formal. Estou certo de que vale a pena dedicar algum esforço em exercícios em que [ey] e [ow] sejam elementos morfológicos (ou pelo menos façam parte deles), pois, desse modo, o alfabetizando poderá reconhecê-lo nas palavras novas com que for se defrontando e, assim, certamente fixará a forma escrita.

4. À GUIA DE CONCLUSÃO

Desta primeira tentativa de aliar pesquisa sociolingüística teórica e prática pedagógica no que concerne ao ensino dos ditongos decrescentes, acredito que as três premissas definidas e defendidas por Mollica (ops. cit.) aplicam-se à aquisição dos ditongos na escrita¹. Assim, sugiro que todo o trabalho com esses segmentos na alfabetização deva ser pautado nos seguintes princípios:

(a) *ir do mais provável para o menos provável*, isto é, partir dos casos categóricos para os variáveis (isto é, iniciar o trabalho com os casos mais prováveis de que o ditongo seja articulado);

(b) *ir do mais freqüente para o menos freqüente*. No caso específico dos ditongos decrescentes, partir-se dos casos mais freqüentes de articulação dos ditongos constitui partir-se do mais provável. No entanto, tomando-se por base somente os ditongos variáveis, partir do mais freqüente significa caminhar *dos casos mais sistemáticos* (ditongos presentes em determinadas estruturas morfológicas, como sufixos e desinências) *para os casos mais assistemáticos* (ditongos localizados na raiz dos vocábulos).

(c) ir da palavra para o som, ou seja, partir de estruturas maiores para estruturas menores, ou seja, sempre trabalhar as palavras com [ey] e [ow] em blocos organizados.

1

¹ Remeto o leitor para o trabalho de Gonçalves (1996), no qual é feita uma efetiva aplicação das hipóteses ora defendidas a uma classe de alfabetização.

Como afirma Lemle (1978: 60), *um dos requisitos básicos imprescindíveis para o desenvolvimento de um ensino escolar de língua portuguesa de real utilidade para os aprendizes é uma atitude lícita diante do fenômeno da heterogeneidade dialetal por parte dos professores, que, sem isto, ficam sem rumo em sua tarefa de fornecer o desenvolvimento e o disciplinamento da expressão espontânea do educando*. Lemle (op. cit.) argumentou, ainda, que o caminho para tal lucidez requeria duas etapas: (a) a compreensão dos fatores que determinam cada fenômeno de variação encontrado na língua; e (b) a aplicação imediata das evidências da pesquisa teórica ao ensino.

Hoje, cerca de vinte anos após o apelo de Lemle, creio que a primeira das etapas por ela aludidas está praticamente concluída, visto que somam-se incontáveis as pesquisas já realizadas sobre diversos fenômenos de variação no Português do Brasil. Resta, ainda, atingir ao objetivo (b) acima apontado. Penso que as diretrizes básicas já foram traçadas por Mollica (ops. cit.). Novas pesquisas, no entanto, devem ser realizadas para confirmar ou para infirmar as premissas por ela esboçadas, visando, sempre que possível, a diminuir o hiato (já consideravelmente acentuado) existente entre a escola e a vida. Foi com esse objetivo em mente que optei por analisar os ditongos decrescentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDRADE, Jacira Motta (1986). Supressão de semivogal nos ditongos decrescentes. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Fortaleza, 4 (1): 19-29.
- ASSIS VEADO, Rosa Maria (1983). Redução de ditongos: uma regra variável. *Ensaio de Lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 7 (1): 215-34.
- BISOL, Leda (1989). O ditongo na perspectiva da fonologia atual. *D.E.L.T.A.*, 5 (2): 185-224.
- (1994). Ditongos derivados. *D.E.L.T.A.*, 10 (2): 123-40.
- BORTONI, Stella Maris (1984). Problemas de comunicação interdialeto. *Sociolingüística e ensino de vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 9-32.

- CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. (1972). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CLEMENTS, G. N. (1991). *The geometry of phonological features*. Phonology Yearbook 2, 225-52.
- COUTO, Hildo Honório do (1995). Ditongos crescentes e ambissilabidade em português. In: BISOL, L. (org.). *Fonologia: análises não-lineares*. Letras de Hoje. Porto Alegre: UFRS, 29 (4): 129-42.
- GONÇALVES, Carlos Alexandre (1996). Ditongos legítimos e ilegítimos em português: variação & ensino. *Expressão*. Revista do Departamento de Letras da UFPI. Teresina: UFPI, (1): 15-28.
- & COSTA, Raquel Romakevicius (1995). Sobre a interpretação fonológica dos ditongos em português. *Anais do V Congresso da ASSEL-Rio*. Rio de Janeiro: UFF, (1): 112-21.
- LABOV, William (1966). Contration, deletion and inherent variability of the English copula. *Language*, 45: 715-62.
- (1972). *Language in the Inner City*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- LEMLE, Mirian (1978). Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Sociolinguística e ensino de vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- (1988). *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática.
- MOLLICA, Maria Cecília (1995). Aplicação pedagógica de estudos variacionistas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo & MOLLICA, Ma. Cecília (orgs.). *Espaços e interfaces da Linguística e da Linguística Aplicada*. Cadernos Didáticos. Rio de Janeiro: UFRJ.
- (1994). Heterogeneidade linguística: implicações e conseqüências para a educação. *Linguística e ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Vitae.
- (no prelo). *Variação e ensino*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, 5 p. mimeo.
- NARO, Anthony Julius (1983). *Linguística & educação*. Comunicação apresentada ao Seminário realizado pelo INEP em novembro de 1993. p. mimeo.

- PAIVA, Ma. da C. (1986). Atuação de variáveis sociais na supressão da semivogal nos ditongos. *Subsídios Sociolingüísticos do Projeto Censo à Educação*. Relatório final. mimeo.
- PALADINO NETO, Luiz (1990). *Ditongos: uma regra variável*. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, p. mimeo.
- SANTOS, Emmanoel dos (1973). *O adolescente e a percepção do valor de variantes lingüísticas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ/Faculdade de Letras, mimeo.
- VIANNA da SILVA, Edila et alii (1995). Ditongos: sua redução no dialeto dos pescadores da região Norte-fluminense. *Anais do IV ASSEL-RIO*. Niterói: UFF, no prelo.